

O MST e a chacina de Eldorado dos Carajás na imprensa portuguesa

Alexandre Barbalho¹

Resumo: O artigo analisa a cobertura da imprensa portuguesa sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, mais especificamente as notícias sobre o “massacre de Eldorado dos Carajás”. A escolha se justifica pelo massacre possuir um alto grau de noticiabilidade, o que motivaria a atenção da mídia internacional. Para tanto, se constituiu em um *corpus* de seis matérias e três notas distribuídas por três jornais diários e uma revista semanal. Para o trato analítico desse material, recorre-se à perspectiva interdisciplinar da Análise de Discurso Crítica, procurando fixar os temas, os valores-notícia e os enquadramentos que produziram esse conjunto de discursos jornalísticos.

Palavras-chave: imprensa portuguesa; movimento dos trabalhadores rurais sem terra; análise de discurso crítica; valor-notícia; enquadramento

Abstract: The paper analyzes the Portuguese press coverage on the Landless Rural Workers' Movement, more specifically the news about the "massacre of Eldorado dos Carajás." The choice is justified by the massacre possess a high degree of newsworthiness, what would motivate the international media attention. To do so, constituted a corpus of six subjects and three notes distributed by three daily newspapers and one weekly magazine. For analytical tract of this material, we resort to interdisciplinary perspective of Critical Discourse Analysis, looking to fix the issues, the news values and frameworks that produced this set of journalistic discourses.

Keywords: portuguese press; landless rural workers' movement; critical discourse analysis; news values; frameworks

1. Introdução

Surgido em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) tem ao longo dos anos se reinventado e de uma organização nacional de camponeses reunidos em torno de três lutas principais (terra, reforma agrária e mudanças sociais), tornou-se um dos principais movimentos sociais da América Latina, com articulação e apoiadores nos vários continentes.

A realização do 3º. Congresso Nacional, em 1995, pode ser considerado um ponto de viragem do MST rumo a uma atuação mais ampla. O lema do Congresso foi

¹Professor Doutor do curso de História e do PPGs em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará e em Comunicação da Universidade Federal do Ceará.

“Reforma agrária, uma luta de todos”, o que significou envolver a opinião pública nacional em torno da luta pela reforma agrária, bem como o engajamento da organização em outros assuntos que não se relacionavam diretamente a essa bandeira.

Em seu processo de luta por uma nova sociedade, o MST percebeu o papel importante da disputa simbólica e os campos cultural e comunicacional tornaram-se arenas políticas de sua atuação (Barbalho; Rodrigues; Coelho, 2013). Como revela João Pedro Stédile, “O que descobrimos com a nossa experiência e com a de outros movimentos sociais (...) é que, nas lutas sociais, a cultura e a simbologia têm um papel fundamental no processo de educação massiva, do povo” (Stédile apud Castro, 2005: 18).

Por meio de suas práticas político-culturais e comunicacionais, o Movimento dá visibilidade ao “laço constitutivo entre cultura e política” e à “redefinição de política que essa visão implica”. Isso significa enfrentar as relações de poder que constituem as práticas culturais, bem como compreender o componente simbólico de toda ação política (Alvarez; Dagnino; Escobar, 2000).

Pode se dizer que o Movimento passou a ter como uma de suas estratégias tornar a sua atuação significativa e relevante para a opinião pública, organizando eventos que respondem às exigências midiáticas. Seguindo as reflexões de Mauro Wolf (2009), é possível afirmar que há uma integração entre a atuação do MST com os valores-notícia da mídia, de modo que esta é estruturalmente levada a falar do Movimento que se torna uma de suas fontes estáveis. Portanto, a nova forma de atuação foi alimentada e em certa medida conformada por uma significativa visibilidade midiática, tanto nos meios tradicionais (televisão, rádio e mídia impressa), quanto nas mais recentes redes sócio-técnicas (Berger, 1997; Peixoto, 2006).

O Movimento, por sua vez, constituiu sua própria estrutura de comunicação formada por jornal, revista, rádio comunitária, editora, produção audiovisual etc que pode ser denominada de contra-hegemônica (Barreto, 2012; Vieira, 2007), ainda que na disputa por audiência não consiga alcançar um público significativo fora dos

militantes e simpatizantes do MST². Mesmo com alcance limitado, é por meio dessa estrutura que procura contrapor uma outra imagem sua que não a de criminalização, produzida e veiculada recorrentemente pela grande mídia³. Criminalização esta que pode ser estendida inclusive àqueles agentes com os quais o MST se relaciona⁴.

Ressaltar o discurso de criminalização sobre o MST produzido por grande parte da mídia não implica desconhecer a ambiguidade e a complexidade das relações entre ambos. Como foi dito, as ações do MST procuram agendar a mídia e esta reage de diferentes formas, a partir de questões contingenciais, a esse agendamento. Eventualmente podem ocorrer inclusive rupturas no sentido hegemônico por conta da violência do acontecimento discursivo produzido pelos sem-terra, o que Kleber Mendonça denomina de “ruína discursiva”. Assim, o MST produz acontecimentos que se convertem em cobertura midiática, mas também possibilita “processos de ruptura de sentidos que forçarão os veículos de comunicação (e alguns outros setores da sociedade) a se mobilizar para reassentar esses sentidos até então tomados como naturais” (Mendonça, 2009: 05-06).

Tal afirmação de Mendonça baseia-se na cobertura da mídia nacional. Contudo, apesar da visibilidade que o MST alcançou no exterior, poucos estudos têm se voltado para a cobertura que a mídia internacional tem feito sobre o Movimento. Tem sido ela, de fato, significativa? E se sim, que lógicas discursivas o MST conseguiu

² Mesmo no interior do MST, a recepção de seus produtos midiáticos como principal referência sobre o Movimento não é garantida, o que sinaliza a dificuldade de se contrapor à gramática hegemônica da mídia (Oliveira; Nunes; Braga, 2011)

³ Ver, por exemplo, o caso da realização em 2010 da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CPMI) que tinha como alvo o MST. O coletivo Intervezes produziu uma pesquisa sobre a cobertura da mídia brasileira sobre o evento e constatou que o Movimento não é invisível na imprensa, contudo trata-se, na maioria das vezes, de uma cobertura negativa, muitas vezes de criminalização, onde a sua perspectiva sobre o assunto quase nunca era ouvida e cujos termos aos quais eram relacionados tinham teor pejorativo (Intervezes, 2011). Para análises sobre a cobertura da mídia brasileira sobre o MST ver, entre outros, Aldé; Lattman-Weltman (2013); Giordani (2009); Gonçalves (2013); Souza (2004) e Youb (2006).

⁴ É o caso, por exemplo, do então recém-empossado presidente Lula quando veste o boné do Movimento em junho de 2003. A grande mídia reverbera o acontecimento de forma negativa, como se o presidente estivesse escolhido um “lado” na disputa sócio-política em torno da questão agrária no país (Fausto Neto, 2003; Melo, 2004). E a mesma polêmica ocorreria tempos depois com a candidata Dilma Roussef que, após as críticas da oposição e da imprensa, procura minimizar o fato defendendo que “governo é governo, movimento é movimento”.

colocar em pauta na agenda midiática de outros países? Reproduzirão a mesma tendência de criminalização, dentro de uma homologia entre os campos midiáticos? Ou diferentes mapas de significados, entendidos como quadros de referências próprios a cada contexto cultural (Hall et al, 1999), permitem outros enquadramentos?

O esforço analítico desenvolvido nesse artigo é analisar a cobertura da imprensa portuguesa sobre o MST⁵, mais especificamente as notícias sobre um acontecimento que marcou a história do Movimento nos anos 1990 e ficou conhecido como “massacre de Eldorado dos Carajás”. A escolha se justifica pelo massacre, ocorrido em 17 de abril de 1996, possuir um alto grau de noticiabilidade, o que motivaria a atenção da mídia internacional.

Pesquisas prévias na imprensa portuguesa sobre ocupações de fazendas pelo MST, como a que ocorreu em agosto de 1995 em Mirante do Paranapanema, São Paulo, demonstraram que tais ações não conseguiam se impor como fato jornalístico relevante, ganhando um espaço reduzido a poucas e breves notas na referida imprensa⁶. Por outro lado, o massacre de trabalhadores sem-terra em Corumbiara, Rondônia, foi noticiado por, no mínimo, três jornais diários, incluindo uma matéria assinada por correspondente cujo enquadramento era a análise da problemática fundiária no Brasil e não apenas orientado para o acontecimento⁷.

A opção pelo acontecimento “massacre em Eldorado dos Carajás” revelou-se acertada, como se verá, pois se constituiu em um *corpus* de seis matérias e três notas distribuídas por três jornais diários e uma revista semanal, de um universo de seis publicações pesquisadas. Para o trato analítico desse material, recorro à perspectiva interdisciplinar da Análise de Discurso Crítica (Van Dijk, 2008; 1996), procurando fixar os temas, os valores-notícia e os enquadramentos que produziram esse conjunto de discursos jornalísticos. É possível dizer, a partir de van Dijk, que o objetivo de tal

⁵ A pesquisa que dá suporte a este artigo faz parte do estágio pós-doutoral realizado pelo autor na Universidade Nova de Lisboa financiado com Bolsa CAPES/Estágio Sênior processo 3989-13-5.

⁶ Ver, por exemplo, a nota “Camponeses ocupam fazendas”. *Público*, Lisboa, 28.ago.1995, p. 14.

⁷ PRADO, Alfredo. “Brasil: a luta pela terra”. *Jornal de Notícias*, Lisboa, 14.ago.1995, p. 18.

análise é o de elaborar “descrições explícitas e sistemáticas de unidade do uso da linguagem ao que denominamos discurso” (Van Dijk, 1996: 45)

2. Massacre de Eldorado dos Carajás: o estabelecimento do *corpus* a partir do valor-notícia

Na impossibilidade de pesquisar a cobertura diária e semanal de parte da imprensa portuguesa sobre o MST após o III Congresso, foi necessário eleger um acontecimento que hipoteticamente respondesse aos critérios de noticiabilidade, ou seja, que possuísse um ou mais valores-notícia de modo a torná-lo noticiável (Traquina, 2007).

Segundo Wolf (2009), os valores-notícia podem ser de dois tipos, respondendo às suas funções de seleção e de construção da notícia. Os valores-notícia de seleção respondem tanto a critérios substantivos na avaliação da importância da notícia de determinado acontecimento, quanto a critérios contextuais de produção da notícia. Vou me restringir aqui aos critérios substantivos, pois o objetivo é considerar alguns valores-notícias que possam estar presentes e dar relevo ao acontecimento “massacre do Eldorado dos Carajás”⁸.

Entre os critérios substantivos está a “morte” que, segundo Traquina, é “um valor-notícia fundamental para esta comunidade interpretativa [a dos jornalistas]” (Traquina, 2007: 187). Outro importante valor-notícia é o de “notabilidade”, ou seja, a qualidade de não apenas ser visível, mas também de ser tangível, palpável. O que pode se revelar, por exemplo, por meio da quantidade de pessoas envolvidas no acontecimento. Tal valor-notícia revela como “o campo jornalístico está sobretudo virado para a cobertura de acontecimentos e não tanto para a problemática”

⁸ É interessante a observação de Traquina sobre o fato de que os critérios substantivos, de uma maneira em geral, “implicam um pressuposto sobre a natureza consensual da sociedade. Alguns destes valores-notícia ajudam eles próprios a construir a sociedade como ‘consenso’” (Traquina, 2007: 193). Segundo Hall et al, esta é mesmo a função dos valores-notícia como um todo dentro do processo social de identificação, classificação e contextualização que torna significativo os acontecimentos pela imprensa. Assim, “o processo de significação – dando significados sociais aos acontecimentos – tanto assume como ajuda a construir a sociedade como um ‘consenso’” (Hall et al, 1999: 266).

(Traquina, 2007: 191). Um último critério substantivo que gostaria de destacar é o do “conflito”, que envolve a violência física e/ou simbólica.

A hipótese era a de que o massacre de Eldorado dos Carajás, respondendo aos valores-notícia elencados acima, ou seja, “morte”, “notabilidade” e “conflito”, ganharia algum destaque na imprensa portuguesa. O referido massacre ocorreu próximo ao município de Eldorado do Carajás, no sul do estado do Pará, quando cerca de duas mil famílias de trabalhadores sem-terra participavam de uma marcha coordenada pelo MST em direção à Marabá, para cobrar do INCRA a promessa de desapropriação de uma fazenda. Ao bloquearem uma rodovia como forma de protesto foram atacados por um destacamento da polícia militar que para dispersar o bloqueio atirou contra os manifestantes. O saldo da operação foi de 19 mortos, a maioria executada depois de rendida, e mais de 60 feridos (Costa, 2014).

Tratava-se, portanto, de uma ação política do MST (a marcha) com a qual procurava cobrar promessas governamentais e, de certa forma, agendar a mídia para as suas reivindicações, tanto que lá se encontrava uma equipe da TV Liberal do Pará. Contudo, a violência da repressão militar transformou o ato em uma tragédia dando-lhe uma enorme visibilidade. Isto porque encontra-se no acontecimento a morte de quase duas dezenas de pessoas, a sua tangibilidade na presença física de camponeses (e seus corpos) e policiais e o conflito entre ambos. É possível acrescentar a esses valores-notícia, para o caso da realidade portuguesa, o de “proximidade”, que não é apenas geográfica, mas também cultural, o que é o caso da relação entre Brasil e Portugal, por conta da língua e da história em comum⁹.

De fato, como foi antecipado, a escolha mostrou-se correta: o massacre de Eldorado dos Carajás foi alvo de uma cobertura relevante por parte da imprensa portuguesa. A pesquisa foi realizada em quatro jornais diários (*Público*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*), um jornal semanal (*Expresso*) e uma revista semanal (*Visão*), sendo que todas as publicações estão sediadas em Lisboa, com exceção do *Jornal de Notícias*, com sede na cidade do Porto.

Como resultado, localizei duas matérias no *Público* e no *Correio da Manhã*,

⁹ Ana Isabel Cabo (2008), por exemplo, levou em consideração esse valor-notícia ao analisar a cobertura do *Público* sobre os fóruns sociais mundiais realizados em Porto Alegre.

duas matérias e duas notas no *Jornal de Notícias* e uma nota na *Visão*. A primeira matéria do *Público* aparece no dia 19 de abril, na seção “Sociedade”. Intitulada “‘Sem-terra’ chacinados no Brasil”, trata-se de texto sem assinatura e sem fotografia, ocupando cerca de um sexto da página. A segunda matéria, publicada no dia seguinte, também na seção “Sociedade”, ocupa um quarto da página. O texto está ilustrado, na sua parte superior, com uma fotografia de José Diorio da agência Reuter. Tendo como título principal “Matança envergonha brasileiros”, foi assinada por João Bosco Jardim, correspondente do jornal, em Belo Horizonte. Para fins analíticos, nomearei a primeira matéria de P1 e a segunda de P2.

Sobre a localização das matérias na seção “Sociedade” e não na “Internacional”, como foi o caso nas outras publicações, como se verá, ou em “Política”, vale trazer as conclusões de Ana Isabel Cabo, quando analisa a cobertura do *Público* sobre o que denomina de “movimentos antiglobalização”. As matérias de seu *corpus* se distribuem basicamente nas seções “Economia”, “Mundo” e “Nacional”. Não há uma única matéria na seção “Sociedade”. Segundo sua análise, “o jornal perspectivou a questão da globalização e dos MAG [movimentos antiglobalização] de um ponto de vista essencialmente econômico e político e não de um ponto de vista social” (Cabo, 2008: 91). Ora, o caso do massacre é o inverso, portanto, a conclusão óbvia é a de que foi abordado em uma perspectiva social, sem dar relevância à sua dimensão política e econômica. Mas tal afirmação é antes uma hipótese que uma obviedade, que deverá ser comprovada ou não na análise discursiva do *corpus*.

A primeira matéria do *Correio da Manhã* foi publicada no dia 20 de abril, na seção “Internacional” e intitula-se “Massacre faz ‘cair’ ministro no Brasil”. Ocupando um sexto da página, é um texto sem assinatura com fotografia da agência EPA/Lusa/CM. A segunda, intitulada “Henrique Cardoso quer ver presos autores do massacre”, saiu no dia 23 do mesmo mês, também na seção “Internacional”, ocupando um espaço um pouco menor que a anterior, ilustrada com fotografia sem que a autoria de ambos (matéria e fotografia) seja identificada. Com o mesmo intuito analítico, a primeira matéria será nomeada como CM1 e a segunda CM2.

A primeira matéria do *Jornal de Notícias* saiu no dia 19 de abril, na seção “Internacional”, ocupando um sexto da página. Intitulada “Brasil: a chacina

anunciada”, o texto está assinado por Alexandre Ribondi, correspondente do jornal em Brasília. A segunda matéria, intitulada “Brasil: a luta desesperada dos trabalhadores sem terra”, foi publicada em 22 de abril, na seção “Internacional”. Ocupando quase um terço da página, o texto, assinado por Ribondi, está ilustrado, na parte superior, por uma fotografia da agência AP.

As duas notas do *Jornal de Notícias* saíram na seção “Internacional”. A primeira no dia 20, intitulada “Ministro cai após matança”. A segunda no dia 23, intitulada “A matança do Pará”. Por fim, a nota da revista *Visão*, com título “Sangue na manifestação”, foi publicada no dia 24 de abril. Como foi feito em relação aos textos do *Público* e do *Correio da Manhã*, as duas matérias do *Jornal de Notícias* serão denominadas, na ordem cronológica, como JN1, JN2 e as duas notas como JN3 e JN4 e a nota da *Visão* como V1.

3. O “massacre” segundo o enquadramento e a construção dos temas

Seguindo as orientações de Teun van Dijk (1996), farei agora uma análise de macronível, interessado na compreensão global das partes do discurso e nas suas estruturas temáticas. Tratarei, portanto, de derivar os temas construídos pelas matérias que compõem o *corpus* de análise atento aos elementos específicos de sua organização textual e de seu contexto. O que requer a compreensão de que as “dimensões textuais dão conta das estruturas do discurso em diferentes níveis de descrição” e as “dimensões contextuais relacionam estas descrições estruturais com diferentes propriedades do contexto, como os processos cognitivos e as representações ou fatores socioculturais” (van Dijk, 1996: 45).

A análise se inicia pelos títulos que, como indica van Dijk (1996), funcionam como um resumo dos textos assinalando seu tema e é uma característica importante do discurso jornalístico. Nos dois títulos do *Público*, temos em ambos, “‘Sem-terra’ chacinados no Brasil” (P1) e “Matança envergonha brasileiros” (P2), algo em comum que é a afirmação do assassinato perpetrado, seja nomeando-o como chacina ou como matança, apesar de em P1 o tema ser o ato e em P2 ser a consequência do ato, a vergonha, dita assertivamente.

Com a junção das duas matérias, na sequência da cobertura jornalística, o leitor se informa que os assassinados foram “sem-terra” brasileiros e que o crime envergonhou o país. O subtítulo de P2, “Trigésimo terceiro massacre de ‘sem-terra’ em 15 anos”, agrega um novo valor-notícia que é o “tempo” no sentido de indicar que o acontecimento se relaciona a outros em um tempo estendido ao longo de quinze anos.

A legenda da fotografia de P2, “Foto, de março de 96, que mostra ‘sem-terra’ armados. Mas foram pelo menos 20 deles que morreram às mãos da polícia” amplia as informações ao leitor ao revelar a amplitude do massacre (pelo menos 20), bem como identifica o agente responsável (a polícia). No entanto, a fotografia, que mostra um grupo de homens armado, com os rostos cobertos por sua camisas, em meio a um matagal, é uma imagem que remete àquelas que costumam representar movimentos de guerrilha na América latina e rompe com a identificação imediata da polícia como responsável única pelos crimes.

Em relação ao corpo do texto, faz-se necessário fixar os diferentes níveis de proposições, por meio de uma redução semântica que suprima detalhes irrelevantes ou que subsuma “ciertos componentes bajo un nivel más alto de acción o conceptos del acontecimiento” (van Dijk, 1996: 67). Para tanto, irei destacar passagens em determinados parágrafos (§) que digam respeito diretamente à problemática desta parte do artigo, qual seja, fixar os enquadramentos e os temas com os quais o massacre foi construído na imprensa portuguesa.

Assim, em relação à P1, temos no §1 que “pelo menos 23 camponeses ‘sem-terra’ foram quarta-feira mortos a tiro pela polícia militar” em uma zona remota da região amazônica. Entre os mortos, uma criança, segundo o Movimento dos Sem-Terra (MST), “que representa milhões de desalojados do país”. Ao tema central do massacre, o texto situa a origem social dos assassinados (camponeses sem terra) e o papel do MST (representante de desalojados rurais). O Movimento também se constitui como uma fonte autorizada.

Contudo, como era de se esperar, o MST não é a única fonte do discurso. Outras fontes surgem e são retomadas ao longo da matéria. No §2, por exemplo, é Cardoso Paes, identificado como da “segurança do Estado do Pará”, a fonte oficial,

que possibilita a “versão da polícia”: a de que cerca de cem policiais foram dispersar dois mil “sem-terra” que estavam bloqueando a estrada “para protestar pela entrega de terras abandonadas pelos fazendeiros, quando terão sido disparados tiros contra as autoridades”. Portanto, a causa da “chacina”, segundo a fonte, não foi o protesto, e sim a reação por parte dos camponeses, que terão disparados tiros.

No §5, a presença de uma nova fonte, o ex-presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva, partido que era naquele momento um forte aliado do MST, introduz um subtema ao tema do “massacre” que é o da situação dos sem-terra no Brasil. Segundo Lula, o Governo Federal teria que auxiliar com urgência 30 mil famílias de “sem-terra” acampadas pelo país. Esse subtema é retomado no §7 que encerra a matéria. A fonte é novamente o Movimento: “O MST diz que pelo menos cinco milhões “sem-terra” necessitam de um pequeno pedaço de terreno arável para sobreviver e incita grupos de gente pobre a invadir e ocupar propriedades privadas para pressionar o Governo a efetuar uma reforma agrária”. Apesar de indicar a importância política e social de uma reforma agrária no país, o texto desqualifica a atuação do Movimento, tornando-a próxima a atos criminosos, ao empregar verbos como “incitar” e “invadir”, e ao identificar os camponeses como “grupos de gente pobre” e o latifúndio como “propriedade privada”.

A segunda matéria do *Público* (P2), assinada pelo correspondente João Bosco Jardim, informa no §1 que o massacre “foi recebido pelos brasileiros como uma ‘vergonha nacional’ que expõe ao mundo, mais uma vez, a brutalidade das forças policiais”. O tema que se impõe não é o do conflito agrário em torno do latifúndio, mas o da violência policial. A questão, portanto, não é política, mas moral, por causar vergonha frente ao mundo, em mais um episódio de brutalidade policial.

No §2, observa-se que a fonte privilegiada do tema é a própria imprensa brasileira, como, por exemplo, o *Jornal do Brasil*, que qualificou o Brasil de “o país das chacinas”. O país teria acordado “sob o impacto de enormes fotografias coloridas de corpos ensanguentados” nas primeiras páginas dos jornais. “‘Vergonha’ era a palavra mais ouvida” entre os leitores em um “noticiário já transformado em lugar-comum no país, tal a frequência com que os massacres se repetem no campo e nas cidades”. Como observa Wolf (2009), o recurso a outros meios de comunicação é uma

fonte importante para os jornalistas, o que provoca um efeito cascata, posto que cada meio replica o que há em outro, reforçando um acordo sobre a seleção das notícias e homogeneizando a abordagem

No entanto, há a entrada de outras fontes e subtemas no desenvolvimento da matéria. Assim, no §4, informa-se que o ministro da Agricultura, Andrade Vieira, pediu demissão “no momento em que as televisões exibiam imagens do confronto”. A demissão do ministro, como se verá, assume outras vezes o papel central na cobertura. Como fonte constituidora do discurso, Vieira responsabiliza os trabalhadores pelo ocorrido: “É a política dos líderes dos sem-terra que promove esse tipo de ação”, em referência à atuação da polícia militar.

Nos capítulos seguintes, a partir de diferentes fontes, mesmo quando as temáticas da “vergonha” e do “massacre” estão presentes, se introduz o tema político da “reforma agrária”. Assim ocorre nos §5 e 6, quando, respectivamente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) qualifica “o Governo de ‘omisso’ na questão agrária”, e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence, diz ter esperanças de que da vergonha do massacre “se afirme a decisão política de dar prioridade à reforma agrária”.

Mesmo no §7, quando o texto se estrutura em torno da fala do presidente Fernando Henrique Cardoso, ao final da última frase, o jornalista qualifica o presidente de “constrangido” por estar à frente “de um Governo cada vez mais criticado por não levar adiante o seu compromisso eleitoral de dar solução aos conflitos no campo”.

A tematização da reforma agrária ocupa lugar central no §8, o único que tem o MST como fonte quando este informa que existem no Brasil 168 acampamentos rurais abrigando 37.573 famílias “sem-terra” e que “pelo menos 37 desses acampamentos são considerados áreas de risco de conflitos violentos. O MST classifica como sem-terra os assalariados rurais, os parceiros, meeiros, arrendatários e os ‘bóias-frias’ (que ganham à tarefa)”.

Passemos aos títulos e às matérias do *Jornal de Notícias*, ambas assinadas pelo correspondente do jornal em Brasília, Alexandre Ribondi. Em JN1, “Brasil: a chacina anunciada”, o título informa mais do que o acontecimento (a chacina), pois

remete a um contexto prévio que anuncia o ocorrido. Com JN2, “Brasil: a luta desesperada dos trabalhadores sem-terra”, o porquê da chacina ser um acontecimento anunciado é esclarecido: trata-se do resultado de uma “luta desesperada”.

O recurso a uma adjetivação dramática da luta é reforçada pela fotografia que ilustra a matéria, retratando uma mulher em primeiro plano que chora com um pano na boca, tendo ao fundo um grupo de pessoas em pé, com caixões no chão à beira das covas onde serão enterrados. A legenda esclarece: “A viúva de uma das vítimas do massacre no estado brasileiro do Pará, durante o funeral dos 22 camponeses mortos pela Polícia Militar”.

Quanto ao corpo do texto, JN1 situa na primeira linha do §1 o tema da matéria: “A luta pela terra continua a fazer vítimas no Brasil”. Dessa forma, o massacre anunciado no título é imediatamente situado em uma continuidade temporal. Ainda nesse parágrafo, a primeira fonte referida no texto é o MST, por meio de seu escritório em Brasília, que admite ao jornal “que o total de corpos pode subir a mais de 60”.

No §3, o MST volta a ser a fonte de informação, por meio de Orlando Galvino, identificado como membro da direção do MST. “Nunca a ação da Polícia Militar tinha sido tão violenta”, relatou Galvino. “De acordo com as suas palavras”, diz o jornal, “os mortos eram posseiros, invasores de fazendas de propriedade de Osório Pinheiro”. Percebe-se, portanto, que se o tema é o massacre, o enquadramento do jornalista, ao escolher as fontes, é o de informar como o recurso à violência policial é recorrente.

O parágrafo seguinte contextualiza a ação que motiva o assassinato: trata-se da interdição de uma estrada por parte dos sem-terra como parte das manifestações da marcha sobre Belém, que já tinham ocorrido em outras 18 capitais. A finalidade das manifestações era “alertar as populações urbanas sobre os dramas vividos pela gente do campo. As marchas tratavam também de conscientizar a população sobre o perigo de ter 12 milhões de sem-terra desesperados a procurar as cidades para ter o que comer”. Como foi dito, com essas manifestações, o MST também procurava agendar a mídia.

Nos §6 e §7, o tema do massacre é substituído por uma análise política da

tensão no campo. Na primeira linha, o jornalista afirma: “O Brasil já aguardava essa tragédia desde o início do ano. Em março, o clima era de tensão nas fazendas da região, quando os sem-terra desistiram de desocupar a área, sob a alegação de que o acordo estabelecido com o governo do Estado foi quebrado quando o Instituto de Colonização e de Reforma Agrária não lhes entregou uma fazenda vizinha, para assentamento provisório”.

O §7 arremata: “Além disto, o presidente da República Fernando Henrique Cardoso, prometeu para 1996 o assentamento de 120 mil famílias de trabalhadores sem terra, mas até hoje não há notícias de nenhum desses assentamentos prometidos. E o Congresso Nacional recentemente pediu um corte de verba no orçamento destinado ao trabalho de assentar as famílias dos sem terra”.

Em JN2, observa-se que o jornalista desenvolve o tema sobre a situação agrária no Brasil que esboçou nos parágrafos finais de JN1. No texto de abertura em negrito, informa que o massacre “é o retrato do país, que se debate entre os poucos proprietários de extensas faixas de terra do seu território, os latifúndios, e uma multidão de brasileiros afugentados do campo justamente por não terem onde trabalhar”.

Trata-se, portanto, de um texto onde prevalece o enquadramento analítico sobre o episódico e cuja fonte privilegiada é o MST. Apenas no último parágrafo, surge como fonte o secretário-geral da Presidência da República para informar que o presidente prometeu uma solução em breve para o caso dos acampados. Contudo, o parágrafo se encerra com a fala do advogado do MST, Domingos Dutra: “O presidente vai ter de resolver o problema, ou pela expropriação ou pela compra. Senão, vai ter sangue”.

Se a matéria termina privilegiando o tom de ameaça feita pelo Movimento, expresso no uso do imperativo (vai ter de resolver, senão, vai ter sangue), ela se estrutura, como foi dito, focando muito mais a problemática. No §1, situa o leitor português sobre a quantidade de trabalhadores sem-terra no Brasil, “maior do que a população de Portugal”. E no §2, o que é o MST: “Este imenso contingente faz parte do Movimento dos Trabalhadores sem Terra do Brasil, criado em 1986, no Sul do país, com a ajuda da parte progressiva da Igreja latino-americana e dos sindicatos

rurais igualmente progressistas”.

No §3, o jornalista informa que o MST “que, no Brasil, goza da boa fama de ser tão bem organizado quanto um partido político, conseguiu levar esta questão social brasileira aos quatro cantos do mundo”. No entanto, como explica logo no início do §4, “esta fama internacional, aliada a um trabalho árduo e permanente, não tem comovido as autoridades brasileiras e os grandes proprietários de terra. Como informou a direção do Movimento dos Trabalhadores sem Terra ao JN, **‘o Estatuto da Terra nunca foi cumprido por nenhum presidente da República’**” (negrito no original).

No Correio da Manhã, o título de CM1, “Massacre faz ‘cair’ Ministro no Brasil” desloca a centralidade do assassinato para o fato político da queda do ministro da Agricultura. Apesar da fotografia, que tem a legenda “Funcionários da morgue de Curionópolis recolhem os corpos dos 23 agricultores mortos pela Polícia Militar” e mostra os corpos dos trabalhadores sem-terra dispostos um ao lado do outro na carroceria de um caminhão, remeter ao tema do massacre. Em CM2, “Henrique Cardoso quer ver presos autores do massacre”, o tema principal novamente não é o “massacre”, mas a posição do presidente em relação ao acontecimento. E nesse caso a fotografia corresponde ao título, pois traz uma retrato de Fernando Henrique Cardoso.

No corpo de CM1, os §1 e 2 ressaltam a queda do ministro por conta dos assassinatos. “Embora”, afirma o jornal, “atos de violência sejam comuns na região de Amazonas, desta vez foi demais”. A dramaticidade do acontecimento é o que levou, segundo os assessores do ministro, que ele se demitisse.

Nos §3, 4 e 5, o texto foca como tema principal “a tragédia, que chocou o Brasil”. No §3, informa-se que em Eldorado dos Carajás “dois mil camponeses pobres haviam bloqueado uma estrada em protesto pela forma desigual como estava a ser feita a distribuição de terras na região. Segundo o MST, os grandes latifundiários estava a ser privilegiados e os ‘sem-terra’ continuavam a ser desprezados”. No §4, situa que “o protesto dos ‘sem-terra’ foi ainda motivado por uma promessa não cumprida pelas autoridades”, pois segundo os sobreviventes, o governo estadual havia prometido carros com alimentos para as famílias dos camponeses que nunca

chegaram. No §5, se expõe o resultado: “Por isso, munidos dos seus instrumentos agrícolas, os camponeses pobres bloquearam uma estrada”.

No parágrafo final, o jornal traz a indignação do presidente com o massacre que “qualificou a ação da OM de ‘injustificada’ e considerou que os agentes excederam-se na força que usaram”. O secretário de Segurança do Pará também foi ouvido e informa que “os excessos serão punidos”.

Em CM2, o foco é a reação do presidente ao massacre que, segundo informa o §1, convocou os três poderes da República para analisar questões relacionadas à reforma agrária e afirmou que quer ver na prisão os responsáveis pelo massacre. O §2 se inicia com uma frase do presidente afirmando que “Isto [o massacre] não aconteceria num país decente”. Logo depois completa: “Desta vez os culpados terão de enfrentar a Justiça porque se não o mundo nunca nos levará a sério”. O texto segue a linha de informar as medidas tomadas pela presidência da República, sem que, em momento algum, o MST, ou outra fonte próxima ao Movimento, tenha sido ouvido.

Esses temas, a queda do ministro e a reação do presidente, são os que estruturam as duas notas do *Jornal de Notícias* (JN1 e JN2), sem que, em ambas, o MST apareça como fonte, como ocorreu em CM2. A nota de *Visão* (V1) tematiza o massacre e a queda do ministro e, como nas outras notas, o MST não é ouvido.

4. Apontamentos conclusivos

A análise da cobertura do jornalismo impresso português, a partir do acontecimento que ficou conhecido como “massacre de Eldorado dos Carajás”, permite concluir que o MST, nesse caso específico, foi uma agenda relevante como demonstra o *corpus* constituído de seis matérias e três notas em três jornais e uma revista de um universo de seis órgãos pesquisados.

Os indícios de tal relevância não são apenas quantitativos, pois, além do recurso a fotografias, o fato de três matérias terem sido produzidas por correspondentes dos jornais, João Bosco Jardim (*Público*) e Alexandre Ribondi (*Jornal de Notícias*), revela a importância dada ao acontecimento na medida que os

jornais não recorreram à rotina produtiva de notícias internacionais escritas por grandes agências de informação.

Por sua vez, percebe-se que há uma diversidade no que se refere à construção temática entre os meios pesquisados, com a derivação de subtemas, apesar de prevalecer o enquadramento episódico. Assim, em relação ao *Público*, em P1 o tema central é o massacre e em P2 o tema que se impõe é o da violência policial no trato com os trabalhadores sem-terra. Em ambas as matérias, mesmo na segunda que é assinada por correspondente, prevalece o enquadramento orientado para o acontecimento, apesar do contexto cultural do leitor português exigir que se exponha minimamente a problemática agrária brasileira e o papel do MST.

No que se refere ao *Correio da Manhã*, o “massacre” é abordado a partir da ótica da institucionalidade, ou seja, das suas consequências no âmbito da política, com CM1 abordando a queda do ministro e CM2 a reação do presidente. Ambas, também em um enquadramento episódico.

Se as coberturas do *Público* e do *Correio da Manhã* confirmam a tendência apontada por Traquina (200) do campo jornalístico voltar-se os acontecimentos e não tanto para a problemática, a cobertura do *Jornal de Notícias* vai na contramão desta linha. Se em JN1 o tema é o massacre, em JN2 o acontecimento gera uma abordagem analítica enquadrando a problemática agrária do país. Essa é a única matéria que assume o formato de tal enquadramento e percebe-se o papel do jornalista correspondente na diferença do trato com o tema, tanto em JN1 e JN2.

A análise do *corpus* permite também afirmar que a cobertura é, no geral, equilibrada, no sentido de recorrer a diversas fontes. Pode-se afirmar também a busca de um perspectiva neutra, apesar de, em P1, o uso de verbos como “incitar” e “invadir” em relação às ações do MST e a qualificação do latifúndio, alvo dessas ações, como “propriedade privada”, sem qualquer mediação sobre a dimensão social dessa propriedade, permitam uma leitura criminosa do Movimento.

De toda forma, conclui-se que o MST se impõe como uma fonte autorizada, sendo ouvido e tendo seu discurso incorporado nas matérias, com exceção de CM2. Em outras palavras, como a escolha das fontes não é casual, nem arbitrária, pois responde a estruturas de poder e a procedimentos produtivos da notícia (Wolf,

2009), o MST consegue superar as barreiras e influenciar a construção do discurso jornalístico português.

Referências bibliográficas

- ALDÉ, Alessandra; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **O MST na tv: sublimação do político, moralismo e crônica cotidiana do nosso “estado de natureza”**. Disponível em <http://doxa.iesp.uerj.br/artigos/MST2.pdf>. Acessado em 12/11/2013.
- ALVAREZ, Sonia; Dagnino, Evelina; ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: _____ (org). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 15-60.
- BARBALHO, A.; RODRIGUES, T. ; COELHO, C. G. . Colocar as coisas em outra ordem: Relações entre cultura e desenvolvimento no MST. In: KISCHINHEVSKY, Marcelo; DANTAS, Marcos. (Org.). **Políticas públicas e pluralidade na comunicação e na cultura** .Rio de Janeiro: E-papers, 2013.
- BARRETO, Helena Martins do Rêgo. **Comunicação e contra-hegemonia: a comunicação como estratégia política do MST**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- BERGER, Christa. A reestruturação da política em tempos midiáticos. **Intexto**. Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 1, p. 1-11, janeiro/junho 1997.
- CABO, Ana Isabel. **Os novos movimentos sociais e os media: os movimentos antiglobalização nas páginas do Público**. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- CASTRO, Carmen Verônica dos Santos. **A mística de tornar-se jovem no MST - a experiência do I Curso de Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural (1999)**. Dissertação (Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- COSTA, Caetano De’Carli Viana. **Sonhos de abril. A luta pela terra e a reforma agrária no Brasil e em Portugal. Os casos de Eldorado dos Carajás e Baleizão**. Tese (Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global). Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.
- FAUSTO NETO, Antônio. O deslocamento do bone. **ECO-PÓS**. Rio de Janeiro, v.6, n.1, janeiro-julho de 2003, pp.13-23.
- GIORDANI, Rosselane. Hegemonia e discurso: o sujeito que resiste. **Travessia**, Cascavel, Vol. 3, No 3 (2009), p. 76-97.
- GONÇALVES, Eduardo Raymundo de Lima. **Mídia e MST em debate: configurando uma possibilidade de síntese**. Disponível em http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/190.%20m%20CDdia%20e%20mst%20em%20debate.pdf. Acessado em 13/nov/2013.

- HALL, Stuart et all. A produção social das notícias: O mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999. p. 224-248.
- INTERVOZES. Vozes silenciadas. **A cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito**. São Paulo: Intervozes, 2011.
- MELO, Paula Reis. O boné do MST na cabeça presidencial: uma leitura semiótica. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, Porto Alegre, VI(2): 87-100, julho/dezembro 2004, p 87-100.
- MENDONÇA, Kleber. Da “jornada de lutas” ao “abril vermelho”: vestígios da ocupação do espaço midiático pelo MST. **Contemporânea**, n. 13, 2009, p. 04-17.
- OLIVEIRA, Catarina Tereza Farias de; NUNES, Marcia Vidal Nunes; BRAGA, Robson da Silva. A construção da auto-imagem do MST na sua mídia e suas relações estratégicas de inserção social global. **Fronteiras – estudos midiáticos**, Porto Alegre, 13(3): 185-194, setembro/dezembro 2011.
- PEIXOTO, Ovidio Mota. **MST, mídia e inclusão social**. Tese (Escola de Comunicação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- SOUZA, Eduardo Ferreira de. **Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST**. São Paulo: Annablume, 2004.
- TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2007.
- VAN DIJK, Teun. **Discurso e poder**. São Paulo: Cotexto, 2008.
- _____. **La noticia como discurso: compression, estructura y producción de la información**. Barcelona: Paidós, 1996.
- VIEIRA, Fernando Antônio da **Costa. Navegando contra a maré: A relação entre o MST a mídia**. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2009.
- YOUB, Ayoub Hanna. **Mídia e Movimentos Sociais: a satanização do MST na Folha de S. Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.